



Políticas Públicas no Brasil Exploração e Diagnóstico 4

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre

(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil Exploração e Diagnóstico

4

Atena Editora

2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 4 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-062-9

DOI 10.22533/at.ed.629192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIOS COM ALTOS IDEBS NO NORDESTE: AS CONCEPÇÕES DOS GESTORES ESCOLARES	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões</i> <i>Juceli Bengert Lima</i> <i>Manoel Zózimo Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922011	
CAPÍTULO 2	13
A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO MARANHÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL: ASPECTOS DA ORIGEM E A SUA IMPLEMENTAÇÃO	
<i>Marcia Cordeiro Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922012	
CAPÍTULO 3	24
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CRECHES COMO POLÍTICA PÚBLICA A FIM DE REDUZIR A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DO TRABALHO	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922013	
CAPÍTULO 4	33
A IMPORTÂNCIA DO PIBID E SEUS IMPACTOS NA ESCOLA: DOIS ESTUDOS DE CASO EM MÚSICA	
<i>Cristina Rolim Wolffenbüttel</i> <i>Guilherme da Silva Ramos</i> <i>Romeu Riffatti</i> <i>Sita Mara Lopes Sant'Anna</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922014	
CAPÍTULO 5	46
A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Silvania dos Santos Rabêlo</i> <i>Thelma Helena Costa Chahini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922015	
CAPÍTULO 6	56
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR NA INTERFACE SAÚDE E AMBIENTE	
<i>Carla Rosane Paz Arruda Teo</i> <i>Maria Assunta Busato</i> <i>Vanessa da Silva Corralo</i> <i>Junir Antonio Lutinski</i> <i>Gisele Assumpção Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922016	

CAPÍTULO 7 68

ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS COM MELHORES E PIORES IDEBS DO NORDESTE: A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO COMO INDICADOR DE QUALIDADE

Patrícia Maria Uchôa Simões
Marcela Pires Barbosa
Priscila de Cássia da Silva Ramos

DOI 10.22533/at.ed.6291922017

CAPÍTULO 8 79

ANÁLISE DA FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA EM MOLDES DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL SOB A ÓTICA DE PRECEPTORES/TUTORES E RESIDENTES

Carla Mousinho Ferreira Lucena
Ana Paula Rocha de Sales Miranda
Pablo Leonid Carneiro Lucena
Francilene Jane Rodrigues
Patrícia Barreto Cavalcanti
Clébya Candeia de Oliveira Marques
Adelaide Aires Pontes Adolfo

DOI 10.22533/at.ed.6291922018

CAPÍTULO 9 89

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: O PROGRAMA BOLSA DE INICIAÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES

Márcia Regina Mariano de Sousa Arão
Gleiciane Viana Gomes
Aline Santos Martins
Maria José Martins Galvão
Fernanda Venâncio Farias

DOI 10.22533/at.ed.6291922019

CAPÍTULO 10 101

ATENDIMENTO EFICIENTE DA REDE EDUCACIONAL: A IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO LOGÍSTICO DE PERNAMBUCO

Ednaldo Alves de Moura Júnior
Emílio Veludo Lopes
Murilo Wesley Soares Costa
Anselmo de Oliveira Carvalho Filho

DOI 10.22533/at.ed.62919220110

CAPÍTULO 11 118

DEFINIÇÕES E CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE MATERIALISTA-HISTÓRICA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Daphne Holzer Velihovetchi

DOI 10.22533/at.ed.62919220111

CAPÍTULO 12 136

ESTADO E AVALIAÇÃO ESTANDARDIZADA CRITERIAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE QUASE-MERCADO

Joina Bomfim

DOI 10.22533/at.ed.62919220112

CAPÍTULO 13..... 148

FAMÍLIA E REDE LOCAL: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL EM UM PROJETO DE EDUCAÇÃO

Helena Piombini

Tainá Alvarenga

Rodrigo Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.62919220113

CAPÍTULO 14..... 161

FEDERALISMO, REGIME DE COLABORAÇÃO E A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NA BAHIA

Angelo Dantas de Oliveira

Célia Tanajura Machado

DOI 10.22533/at.ed.62919220114

CAPÍTULO 15..... 173

GÊNERO E INCLUSÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Leandro Fernandes Valente

Jhennifer de Souza Góis

Antônia Sheilane Carioca Silva

Heliandra Linhares Aragão

DOI 10.22533/at.ed.62919220115

CAPÍTULO 16..... 181

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTRATÉGIA PARA A LEGITIMAÇÃO DA DIVISÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO SABER?

Valdenice de Araujo Prazeres

DOI 10.22533/at.ed.62919220116

CAPÍTULO 17 197

MECANISMOS DE MOBILIZAÇÃO PARA O REGIME DE COLABORAÇÃO: CAMINHOS PARA A GESTÃO COLABORATIVA DA EDUCAÇÃO

Ana Paula Massonetto

Manoel dos Santos

André Cardone

DOI 10.22533/at.ed.62919220117

CAPÍTULO 18..... 214

MULHERES IDOSAS E SEU PROCESSO EDUCATIVO: A EXPERIÊNCIA DAS ALUNAS DA UNATI/UERJ

Alzira Tereza Garcia Lobato

Carla Virginia Urich Lobato

DOI 10.22533/at.ed.62919220118

CAPÍTULO 19 224

O PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

Cristiane Queiroz Leite Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.62919220119

CAPÍTULO 20	236
O REGIME DE COLABORAÇÃO E O PNE: ENTRE O PROPOSTO E O POSSÍVEL	
<i>Laurimar de Matos Farias</i>	
<i>Leila Maria Costa Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220120	
CAPÍTULO 21	247
OS CONCEITOS DE DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Ângela Maria Dias Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220121	
CAPÍTULO 22	256
OS SENTIDOS DO ENSINO MÉDIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES NO ACESSO E NA QUALIDADE DO ENSINO	
<i>João Paulo da Conceição Alves</i>	
<i>Ronaldo Marcos de Lima Araujo</i>	
<i>Márcia Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220122	
CAPÍTULO 23	268
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Jorge Fernando Hermida</i>	
<i>Fernando Augusto Generino Soares</i>	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220123	
CAPÍTULO 24	281
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GESTÃO ESCOLAR ATRAVÉS DA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Ednaldo Alves de Moura Júnior</i>	
<i>Severino José de Andrade Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220124	
SOBRE A ORGANIZADORA	297

GÊNERO E INCLUSÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Leandro Fernandes Valente

Universidade Federal do Ceará (UFC)
Sobral – Ceará

Jhennifer de Souza Góis

Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Fortaleza – Ceará

Antônia Sheilane Carioca Silva

Universidade Vale do Acaraú (UVA)
Sobral – Ceará

Heliandra Linhares Aragão

Escola de Formação em Saúde da Família
Visconde de Saboia
Sobral – Ceará

RESUMO: Diante da modernidade, do dinamismo das relações sociais e adequação dos indivíduos ao mundo do trabalho, este estudo de caso propõe-se analisar as relações de gênero entre pessoas com deficiência física, no Laboratório de Inclusão da STDS/CE. Objetivou-se a investigar essas relações no mercado de trabalho, na atualidade; compreender o significado de inclusão social a partir das falas dos estudados, e como concretizou a inclusão dessas pessoas. Para tal, a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, tendo como método a abordagem qualitativa. Conclui-se também que o Laboratório de Inclusão tem papel fundamental para que a inclusão dessas pessoas aconteça.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa com deficiência; Gênero; Mercado de trabalho.

ABSTRACT: In the face of modernity, the dynamism of social relations and the adaptation of individuals to the world of work, this case study proposes to analyze the gender relations among people with physical disabilities, in the STDS / CE Inclusion Laboratory. The objective was to investigate these relationships in the labor market, at present; understand the meaning of social inclusion from the speeches of those studied, and how it concretized the inclusion of these people. For this, the bibliographical research and field research, having as method the qualitative approach. It is also concluded that the Inclusion Laboratory has a fundamental role for the inclusion of these people to happen.

KEYWORDS: Person with a disability; Genre; Job market.

1 | INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência (PcD), historicamente, sofreram com a discriminação. O processo de inclusão destes sujeitos ganhou maior relevância a partir da década de 1970, período em que o Movimento da Pessoa com Deficiência começou a se organizar na busca de uma sociedade inclusiva.

Este período foi marcado pelos primeiros embates ideológicos entre os dois modelos que buscavam definir a deficiência: o médico e o social. O primeiro define deficiência como uma questão individual, marcada pela presença de uma patologia, e enquadra o sujeito em um catálogo de doenças, desconsiderando os fatores sociais e culturais. Contrapondo este, em meados do século XX, surge modelo o social, o qual, segundo Diniz (2010), considera que deficiência não é uma lesão incapacitante, mas resultante de uma sociedade não adaptada com os sujeitos que apresentam uma acessibilidade dificultada.

Nessa perspectiva, este trabalho trata-se de um estudo de caso que tem como ponto de análise o modelo social, considerando que a deficiência é o resultado da interação de um “corpo lesionado” em uma sociedade discriminatória. Tal discriminação é apresentada no cotidiano quando as pessoas com deficiência enfrentam ambientes inacessíveis, quando são questionados pela sua inteligência e competência social e quando enfrentam a inabilidade da população em não saber comunicar-se com deficientes visuais e auditivos, por exemplo (DINIZ, 2010).

as pessoas com deficiência são “pacientes” – eram tratadas como clientela cuja problemática individual estava submetida segundo a categoria de deficiente à qual pertenciam. Fazia-se todo o esforço terapêutico para que melhorassem suas condições de modo a cumprir as exigências da sociedade (JUNIOR, MARTINS, 2014 p.16).

Os movimentos sociais apoiavam a necessidade de encarar a deficiência como um viés social e não mais nos parâmetros biomédicos (DINIZ, 2012). Assim, no modelo social é a relação entre deficiência e sociedade que vai condicionar a funcionalidade, o processo de inclusão e as limitações das PcD's, assim como, eliminar as barreiras arquitetônicas, o medo e o preconceito para com esse sujeitos (JUNIOR; MARTINS, 2014).

Para estudar este universo, é preciso levar em consideração os diversos fatores que fazem parte da sociabilidade das pessoas com deficiência, tais como: fatores culturais e étnico-raciais e as relações de gênero. Estas últimas compõem a análise desse estudo e são indissociáveis do universo humano, uma vez que buscam compreender as relações sociais construídas entre homens e mulheres e como estas determinam o modo de vida das pessoas.

Por muito tempo, teóricos atribuíram à categoria gênero significações que designavam traços biológicos e fisiológicos. Com as discussões acerca da categoria, “as feministas começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, no sentido literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos.” (SCOTT, 1990, p. 2).

Frota (2004), interpretando a categoria gênero de Joan Scott, ressalta ainda que:

o uso do gênero põe em destaque todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo (...) se refere aos domínios

estruturais e ideológicos que implicam as relações entre os sexos (FROTA,2004 p.16).

Mesmo diante de uma perspectiva relacional entre homem e mulher, muitos associavam os estudos de gênero apenas às mulheres, ainda que fosse necessário levar em consideração também os homens, para compreender esta relação. Segundo Scott, “as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado.” (SCOTT, 1990, p.3). Logo, atribuiu-se ao gênero um caráter relacional das relações sociais, compreendendo que o masculino e o feminino foram construídos socialmente. Para Beauvoir (1949), a construção social do gênero acontecesse arbitrariamente, não havendo diferenciação entre os sexos. Assim, não existe o homem e a mulher como categoria universal. Na sua obra “O segundo sexo do ano de 1980”, defendeu gênero como uma construção social e afirmou que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o cadastro que qualificam de feminino. Só a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como outro (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

As relações de gênero estão presentes em todas as dimensões sociais, tanto no privado como público. No público, encontramos o mercado de trabalho, onde a participação do homem e da mulher se difere no tocante ao acesso, à remuneração e às condições trabalho. De acordo com Antunes (2009 p.109),

as relações entre gênero e classe nos permitem constatar que no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho.

Diante da influencia do gênero na sociedade, pode-se perceber que as relações no mercado de trabalho também são impactadas, já que a divisão das atividades laborais é feita de acordo com sua identidade de gênero. O número de mulheres empregadas aumentou, entretanto, ainda há disparidades salariais. “Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo que frequentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho.” (ANTUNES, 2009 p. 105).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), a desigualdade salarial entre homens e mulheres está presente na realidade. Segundo o estudo apresentado, no ano de 2008, o salário das trabalhadoras correspondia a 71,3% do salário dos homens. É válido ressaltar que as disparidades salariais entre os dois sexos é uma característica de todas as regiões brasileiras.

A inclusão das pessoas na sociedade ocorreu de modo lento e com um ideal baseado na caridade, cujas ações eram desprovidas de embasamento político e poucas vezes encaradas por um viés de direito e cidadania. As ações significativas ocorreram no pós-guerra, período em que a questão da inclusão já se configurava como um problema latente na sociedade brasileira, como afirma Bastos (2006, p.57), “No Brasil, a elaboração de marcos legais para atender às pessoas com deficiência atendeu uma demanda interna da população visando à construção de uma sociedade democrática.”. Evidencia-se, portanto, que a necessidade de incluir já era uma cobrança da população com alguma lesão, a qual estava inquieta diante da realidade de segregação, por ser considerada incapacitada, e demandava participar da sociedade de modo integral.

A inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é marcada por limitações diversas. Segundo estudo do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), de 2013, as vagas de empregos disponíveis não foram ocupadas em sua totalidade e esta realidade é consequência do preconceito dos empregadores, da falta de preparação da instituição para inserir esses profissionais e/ou pelas próprias condições de trabalho.

porque não são raros os flagrantes de que muitas das exigências que são colocadas nos processos seletivos são bem maiores do que os cargos e/ou funções realmente necessitam, o que, sobremaneira, asseguram que esses postos de trabalho não sejam ocupados. Na prática, porém, esse problema afeta os trabalhadores das mais diferentes características pessoais, embora possua sérias implicações com relação às pessoas com deficiência, dadas as próprias restrições ainda existentes no mercado de trabalho (IDT, 2013, p.1).

Em muitas ocasiões, atribuem o potencial e a competência dos sujeitos a um padrão de normalidade, considerando que o corpo ideal para exercer as funções é aquele com nenhuma limitação aparente. Assim, as pessoas com alguma deficiência, muitas vezes, são consideradas incapacitadas.

No Brasil, a inserção das PcD's no mercado de trabalho, tornou-se mais efetiva com a Lei de Cotas de número 8213, sancionada do ano de 1991, cuja finalidade é garantir a inserção desses sujeitos no mercado, conforme o artigo 93:

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados.....2%;
- II - de 201 a 500.....3%;
- III - de 501 a 1.000.....4%;
- IV - de 1.001 em diante.....5%

(BRASIL, 1991)

A partir desta Lei, houve significativo aumento da entrada dessas pessoas no mercado de trabalho formal, ainda que seja questionável a qualidade desse processo

de inclusão. Diante deste cenário, este estudo tem como objetivo analisar as realções de gênero no mercado de trabalho na atualidade.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa. Consoante Polit e Hungler (1995), a abordagem qualitativa coleta e analisa sistematicamente materiais narrativos. Tem caráter mais “subjetivo”. Esse tipo de abordagem trabalha com o “universo dos significados” (MINAYO, 1994) e considera que o real se configura como um espaço complexo de relações sociais, que envolvem crenças, valores e atitudes dos sujeitos.

[...] parte-se da premissa de que é imprescindível compreender os determinantes sociais que conduzem a vida dessas pessoas, e as abordagens qualitativas buscam justamente compreender essa realidade que os números indicam, mas não revelam (MINAYO et al, 1994, p. 14).

O primeiro processo metodológico da construção dessa pesquisa ocorreu por meio de contato com a coordenação do Laboratório de Inclusão, cujo objetivo era a autorização para o desenvolvimento da pesquisa de campo. A fim de conseguir maior aproximação com o objeto, utilizou-se também como técnica a observação participante. A referida técnica é definida como a “[...] participação real do observador na vida da comunidade do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo.” (GIL, 1995, p. 108). Assim, optou-se pela participação do “Grupo de Acessibilidade Humana”. Os encontros aconteciam semanalmente no próprio Laboratório de Inclusão e permitiram a aproximação da realidade e dos sujeitos da pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa apresentavam deficiência física e estavam vinculados a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) do Ceará por um período superior a dois anos, período suficiente para o acúmulo de relatos e vivências na instituição. Os entrevistados eram terceirizados da secretaria e três deles prestavam serviço na própria sede e outro no Projeto social Primeiro Passo.

Assim, o presente estudo de caso foi composto por quatro pessoas com deficiência física, sendo duas do sexo masculino e duas do feminino, considerando o caráter relacional que a categoria gênero possui. O instrumental de coleta de dados continha 22 questões. As primeiras contribuíram para traçar o perfil dos participantes da pesquisa, com questões referentes à idade, sexo e escolaridade e as demais englobavam assuntos pertinentes à temática, tais como: gênero, inclusão social e mercado de trabalho.

3 | O MERCADO DE TRABALHO COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão social é um processo de adaptação da sociedade, a fim de incluir pessoas com as suas necessidades especiais, em seus diversos sistemas sociais, como: escola, transporte e trabalho. Esta acontece em um processo bilateral, ou seja, ao mesmo tempo em que as pessoas excluídas buscam se incluir, a sociedade articula, de forma conjunta, alternativas para se alcançar a inclusão, cujo objetivo maior é a equiparação de oportunidades (SASSAKI, 2006).

Conforme Sasaki (2006), a aceitação apresenta-se como princípio importante para promover a inclusão. Visto que parte da necessidade de aceitar as diferenças individuais e coletivas com o intuito de valorizar a pessoa diante da diversidade humana, perpassando questões como a nacionalidade, a sexualidade, a identidade de gênero, a cor, a idade, a raça e a deficiência.

Outro aspecto importante a ser observado é a possível autonomia adquirida pela pessoa com deficiência, que acaba por possibilitar esse sentimento de se sentir incluída. Para Sasaki (2006, p.35), autonomia “é a condição de domínio sobre o ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que exerce.”. Logo, essa autonomia está intimamente ligada ao domínio da PcD sobre a realidade, perpassando os ambientes físicos e sociais.

Quando questionados sobre como se viam como homem ou mulher com deficiência, identificou-se que o preconceito diante da limitação corporal ultrapassa as questões referentes à identidade de gênero. No entanto, há uma percepção crítica, por parte dos sujeitos, os quais destacaram as condições da imersão da mulher no mercado de trabalho. Foram pontuados os desafios que diariamente são enfrentados para que os direitos conquistados pelas mulheres sejam assegurados. Os entrevistados demonstraram que percebem uma igualdade, quanto ao papel da mulher, no entanto, ressaltam que pode ser uma realidade apenas do Laboratório de Inclusão, reconhecendo que no dia-a-dia de muitas empresas o papel da mulher, enquanto profissional, é desvalorizado.

Ainda que haja esse diferencial qualitativo da inclusão no STDS apontado pelos sujeitos da pesquisa, no quadro de profissionais com alguma deficiência, ainda é possível perceber que as mulheres estão em menor número nos postos de trabalho, na realidade estudada: dos 33 colaboradores com deficiência, 24 são homens; das 14 pessoas com deficiência física, apenas 4 são mulheres.

Na realidade estudada, as duas mulheres investigadas não percebem o preconceito pela identidade de gênero e referiram apenas o fato de “serem deficientes”. Observou-se, entretanto, que a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, na realidade da STDS, materializa-se de modo equiparado ao dos homens, no tocante aos cargos, funções e salários. Porém, é entendido que o laboratório é um caso específico, diante da realidade de disparidades encontradas.

4 | CONCLUSÕES

A pesquisa realizada demonstrou que as relações de gênero passam despercebidas no processo de inclusão social, que é marcado por extremo preconceito e inadaptabilidade do meio social. A possibilidade de adentrar no mercado de trabalho de acordo com sua formação em específico, exercendo o que realmente é de sua competência, valorizou a presença das mulheres na instituição. Nesse contexto, elas não se percebem inferiores ou inseridas em uma conjuntura social na qual os homens são os detentores do poder. A autonomia e o empoderamento foram características de todos os depoentes.

Comparada ao número de homens, foi possível identificar que a participação das mulheres com deficiência física ainda é pequena, principalmente quando se observa o quantitativo de contratação até o dia da pesquisa. Assim, ser mulher e apresentar alguma deficiência pode ser empecilho no processo de contratação, já que são dois motivos reais de preconceito presentes na sociedade como um todo.

Sobre as condições e relações de trabalho, foi visto que elas são harmônicas; dadas as intervenções feitas pelo Laboratório de Inclusão. A todo o momento os entrevistados reforçaram a contribuição do mesmo, apontando que o Laboratório os acompanha e faz as mediações necessárias para que se consiga sempre promover uma inclusão social qualitativa. No entanto, o preconceito ainda perpassa os muros institucionais, mesmo que seja pontual por meio de comentários e atitudes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo-SP: Boi Tempo, 2009.

BASTOS, Marbenia G. A. Deficiência: marco legal e Institucional. In: VALDÉS, Teresa (Org) **Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior no Brasil: Caminhos e Desafios**. Fortaleza: EDUECE, 2006. p.57-87.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEHRING, Elaine Rossetti et al. Política social: fundamentos e história. **Revista ORG & DEMO**, v. 14, n. 2, 2013.

Diniz, D.; Santos, W. (Orgs). **Deficiência e Discriminação**. Brasília-BSB: Letras Livres; UnB, 2010.

DINIZ, D; BARBOSA, L; SANTOS, W. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. In: DINIZ, D.; SANTOS, W. (Org.) **Deficiência e Discriminação** Brasília-BSB: Letras Livres, UnB, 2010. p. 99-117.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. 1 ed. São Paulo : Coleção Primeiros Passos, Brasiliense,2012.

FROTA, Maria Helena de Paula. Interpretando a Categoria Gênero de Joan Scott. In: FROTA, M. Helena de Paula; OSTERNE, M. do Socorro Ferreira (Orgs.). **Família Gênero e Geração: Temas Transversais**. Fortaleza: Eduece, 2004. P.13-32.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e pesquisa social**. 4. Ed. São Paulo: Atlas 1994.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

IDT. **As pessoas com deficiência e o mercado de trabalho**. Fortaleza: Setembro, 2013.

LABORATÓRIO, inclusão de. **Projeto laboratório de inclusão**. Fortaleza: STDS, 2011.

Lanna Júnior, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil** - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Orgs.). **As Novas Fronteiras da Desigualdade Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho**. São Paulo-SP: SENAC/SÃO PAULO, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23 ed. Petrópolis, RJ Vozes 2004.

OIT. **Convenção 111**, 1958.

_____. **Convenção 159**, 1983.

ONU. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/dec_def.txt>. Acesso em: 03 fev. 2015.

SASSAKI, R. K. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**. São Paulo: RNR, 2003.

_____. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**: Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990.

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1986.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-062-9

